



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12787 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)
 ISSN: 2447-2808
 GT16 - Educação e Comunicação

NOVO ENSINO MÉDIO, CULTURA DIGITAL E JUVENTUDE

Ana Lara Casagrande - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso
 Alessandra Ferreira dos Santos - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso
 Waleska Gonçalves de Lima - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso
 Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

NOVO ENSINO MÉDIO, CULTURA DIGITAL E JUVENTUDE

Resumo: Aborda-se a reforma do Ensino Médio, e parte das modificações que impõe, bem como se busca compreender a implicação da cultura digital no processo de ensino-aprendizagem e comunicação da juventude na Educação. Promove-se, neste texto que provém de estudo em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação, a análise de conteúdo da Base Nacional Comum Curricular, que indicará práticas da cultura digital como necessárias no currículo da etapa final da Educação Básica, bem como se explora o modo de comunicação do público-alvo da etapa em questão, o que influi no planejamento e na prática pedagógica docente no Novo Ensino Médio (lembrando que há pressões para que seja revogado). Nota-se que a pandemia Covid-19 evidenciou desigualdades quanto à conectividade da juventude do Ensino Médio, que levaram a uma problematização da cisão entre acesso às redes sociais e possibilidade de mobilização das tecnologias para estudo. Desse modo, as tecnologias digitais, próprias da cultura do tempo presente, por si sós não têm o potencial de transformar a qualidade da Educação (seria minorar sua complexidade), ainda que participem destacadamente da comunicação do público-alvo do Ensino Médio em meio à cultura digital.

Palavras-chave: ensino médio, jovem, educação, comunicação, cultura digital

Introdução

O objetivo de renovar o Ensino Médio, etapa da educação incumbida prioritariamente aos Estados, foi propugnado pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecendo uma mudança na estrutura da etapa final da Educação Básica (questionada por grupos da educação e da sociedade civil, que pedem sua revogação). O tempo mínimo de permanência dos estudantes na escola foi ampliado, com início obrigatório no ano de 2022. Além disso, foi definida uma nova organização curricular, mais flexível, que contempla uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. Neste texto, pretende-se analisar a presença da cultura digital na BNCC no escopo das mudanças no modo de comunicação do público do Novo Ensino Médio.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho analítico de conteúdo, que aponta as características do fenômeno, indicando uma visão sobre o problema que "oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade" (BARDIN, 2016, p.15).

Formação e comunicação da juventude

Definida como documento de caráter normativo, a BNCC está prevista na Constituição de 1988 (no art. 210), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 (no art. 9 e no art. 26), e no Plano Nacional de Educação de 2014 (Lei nº 13.005/2014), que determina a implantação da base nacional comum dos currículos, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

A BNCC do Ensino Médio reconhece a cultural digital e a cita explicitamente, por exemplo quando afirma que: “No Ensino Médio, a contextualização das práticas de linguagem nos diversos campos de atuação permite aos estudantes explorar as utilizações do inglês na cultura digital, nas culturas juvenis e em estudos e pesquisas” (BRASIL, 2018, p.476); “propostas de trabalho que possibilitem aos estudantes o acesso a saberes sobre o mundo digital e a práticas da cultura digital devem também ser priorizadas” (BRASIL, 2018, p.478).

O fato de o documento, referência para a construção dos currículos, postular a cultura digital como conceito permite que se compreenda sua ótica, até porque é preciso reconhecê-lo como uma seleção de cultura a ser socializada. Cury, Reis e Zanardi (2018, p.75) acreditam que ignorá-lo nesse sentido “é investir em uma neutralidade que rejeita a contradição e a

pluralidade de projetos políticos que se colocam em disputa e em conflito”. Logo, o compromisso do emprego conceitual é prática interpretativa do momento em que a política é produzida.

O desenvolvimento das competências gerais da Educação Básica, que abarca o Ensino Médio, sintetiza uma lógica no cenário educacional que não é, segundo Machado (2002, p.93), exclusiva do Brasil e recebe “os influxos de um processo crescente de homogeneização ideológica mundial”. Lógica presente desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os quais trazem uma noção de mudança de comportamento social, que justificaria a adoção das competências de aprendizagem contínua na Educação (BRASIL, 1998).

As competências gerais, instituídas pela BNCC, indicam o norte para as escolhas curriculares ligadas à formação dos jovens de 15 a 17 anos. Considera-se óbvio que a juventude é conectada. É preciso problematizar isso, tendo em vista o caso específico da escola e como a pandemia Covid-19 impactou o processo de ensino-aprendizagem desse público. Muitos jovens, é verdade, estão nas redes sociais, mas sua conectividade não alcança transmissões ao vivo ou suportam carregamento de arquivos de determinadas dimensões.

Segundo Pinheiro e Pinheiro (2021), os jovens enfrentam novos desafios relacionados à pandemia e ao uso, cada vez mais frequente, de mídias e tecnologias digitais. Assim, ao mesmo tempo em que se evidenciou a importância do uso dessas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem, revisitou-se as desigualdades estudantis e o fato de as redes sociais não refletirem uma conectividade generalizada entre a juventude.

Pinheiro e Pinheiro (2021) apontam que as atividades mais utilizadas pelos jovens em seus celulares foram, respectivamente, acesso ao Facebook, Instagram, WhatsApp e jogos. Além da navegação em redes sociais e as conversas pelo WhatsApp. Um fator preocupante, apontado pelas autoras, é que muitos jovens sofrem de ansiedade e estresse quando ficam sem acesso ao celular, indicando um comportamento de dependência tecnológica (nomofobia).

Quanto à comunicação na sociedade e na escola da cultura digital, remete-se à Castells (2015) na constatação de que há uma sociedade que se forja nas redes horizontais de comunicação mediadas pela flexibilidade das tecnologias digitais, isto é, tal sociedade se constitui em uma estrutura social em torno de redes ativadas por tecnologias de comunicação e de informação processadas digitalmente.

Em relação à estrutura social, Castells (2015) a define como arranjos organizacionais de seres humanos em relação de produção e consumo, reprodução, experiência e poder, expressos em uma comunicação significativa codificada pela cultura. Ao abordar a Educação, o autor fala em obsolescência pela insistência em uma pedagogia baseada na transmissão.

A cultura digital é caracterizada, para Gere (2008), como um modo de vida particular de um grupo ou grupo de pessoas, marcado pela digitalidade e demarca uma ruptura decisiva

com o que a precedeu. O autor trata o termo como um marcador de cultura, pois envolve tanto os artefatos quanto os sistemas de significação e comunicação. Diversos exemplos são utilizados para demonstrar a amplitude do termo digital, que vai além de dados discretos ou das máquinas que usam esses dados, como aplicativos virtuais, comunicação instantânea, mídia ubíqua, conectividade global, realidade virtual etc., que demarcam nosso modo de vida contemporâneo (GERE, 2008).

Santaella (2004) identificará a mudança nas características comunicacionais e o surgimento dos leitores imersivos, com linguagem que têm a chave de compreensão na hipermídia. A linguagem hipermídia envolve hibridização de sistemas semióticos, organização reticular dos fluxos informacionais em arquiteturas hipertextuais, cartograma navegacional e linguagem eminentemente interativa. A autora considera que as habilidades cognitivas mobilizadas ao navegar pelos labirintos das infovias do ciberespaço envolvem uma teia de, entre outros, processos sensoriais, habilidades discriminativas e seletivas, processos decisórios e processos de raciocínio (SANTAELLA, 2004).

Considerações Finais

É preciso considerar os processos de navegação nas redes, o processo de comunicação próprio da cultura digital, sem perder de vista a questão do papel da escola, que se estende ao papel do Ensino Médio na vida dos jovens que nele estão. Estimular que a juventude desenvolva senso crítico, de modo a não ficar à deriva diante da grande variedade de esquemas de navegação parece ímpar. Cabe enfatizar que as tecnologias digitais em si não promoverão uma educação inovadora, não se a lógica for a da transmissão de conteúdo. Conteúdos de toda ordem estão acessíveis em rede, mas ainda é urgente pensar nos conhecimentos que o Ensino Médio levará os jovens a construir. Uma pista está naqueles vinculados a um processo comunicativo não apartado da realidade cultural, interessantes de serem mobilizados na sociedade que se deseja calcar.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MECSEF, 1998.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 25 de junho de 2014.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a Base – Ensino Médio. Ministério da Educação. Brasília, 2018.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.

GERE, Charlie. **Digital Culture**. 2ª ed. London/UK: Reaktion Books Ltd, 2008.

MACHADO, Lucília. A institucionalização da lógica das competências no Brasil. **Proposições**, v. 13, v. 37, n.1, jan./abr. 2002.

PINHEIRO, Ana Paula; PINHEIRO, Fernanda. O uso do celular em tempos de pandemia- uma análise da nomofobia entre os jovens. **Revista Tecnologias Educacionais em Rede (ReTER)**, v. 2, n. 3, p. 9-01-15, 2021.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no Ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.